

Ocupação está envolta em muitas acusações

Os caingangues chegaram ao Parque Florestal há 16 dias para homenagear antepassados enterrados no cemitério local. Hoje dizem que não vão sair

ÂNGELA BASTOS

Central do Interior/ZH

A ocupação dos 17 mil hectares do Parque Estadual Florestal de Nonoai pelos caingangues começou na manhã de 14 de fevereiro, quando um grupo de 150 índios chegou ao local com a alegação de que iria limpar um cemitério dos antepassados existente na propriedade. Na tarde do dia seguinte, um sábado, já eram 300 os caingangues vindos das reservas de Rodeio Bonito, Rio da Várzea e Irai. Mulheres e crianças traziam nas costas lonas para que barracas fossem montadas. Naquele momento, o diretor do Parque Florestal, Ariel Rossato, diz ter entendido que a limpeza do cemitério tinha sido um blefe.

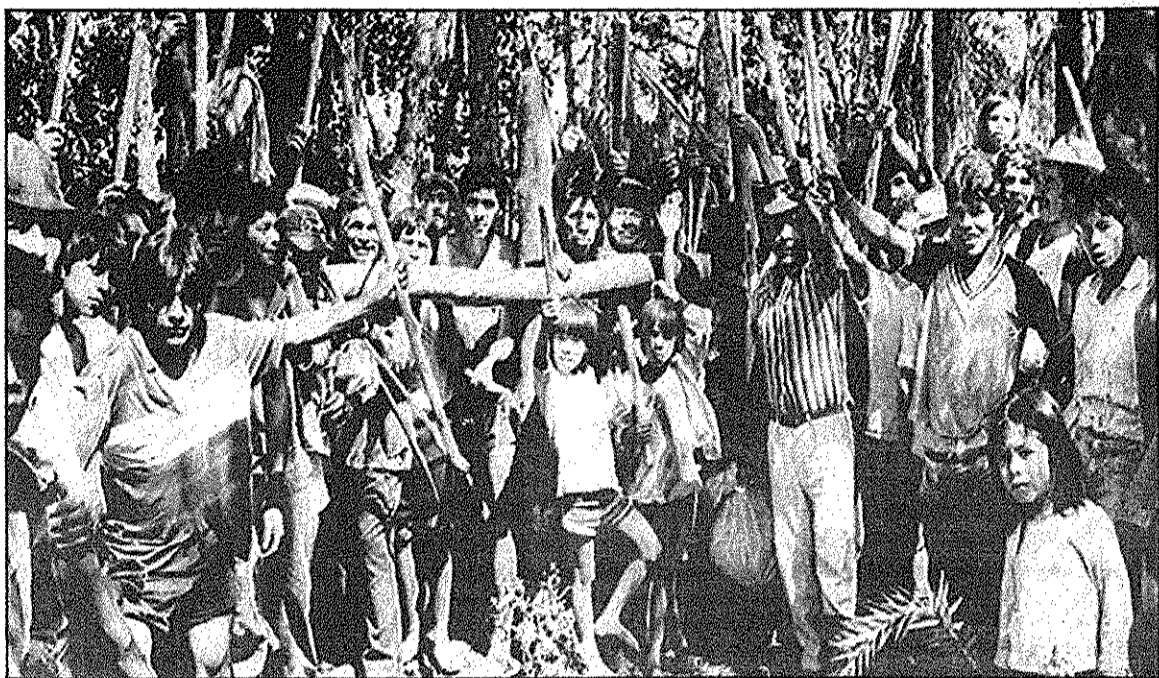
Decididos a não abandonarem o local, são hoje 600 os índios caingangues dentro da área de preservação ambiental, que é de responsabilidade do governo do Estado. Mais 300 teriam entrado no parque nos últimos dois dias, porém ainda sem confirmação. Os índios estão sendo acusados por Ariel Rossato de abaterem dezenas de animais (tatus e veados), destruírem a mata nativa, atear fogo na casa do guarda florestal Sérgio Ari Pereira — que havia sido retirado da residência dias antes por motivos de segurança — e de ameaçarem de morte outro funcionário do Estado, Agenor

Pereira. Os caingangues se defendem dizendo que foram perseguidos a tiros pelos guardas e Brigada Militar.

A parceria índios e natureza no Brasil é muito mais antiga do que conta a história dos colonizadores. O rastro dos índios pelo Parque Estadual Florestal de Nonoai é visto, por exemplo, no cemitério da Aldeia Campina da Pedra. A área de mata nativa é considerada como patrimônio histórico e cultural do Rio Grande do Sul, tese que serve de defesa para o Estado que quer os índios longe dali.

DEFESA — Ao quererem fazer valer o direito pela posse da terra, os caingangues, em contrapartida, se comprometem em fiscalizar. O roubo de madeira e a garimpagem clandestina são uma realidade que a guarda florestal não consegue coibir. Considerado como um dos últimos redutos de mata nativa na região, o Parque possui pinheiros com até 500 anos, além de ser ali que nasce o Rio do Mel, reserva hídrica que conserva suas águas longe da poluição. A extração de pedras também faz parte do dia-a-dia do Parque.

Nesta semana, um grupo de caingangues esteve reunido com o promotor de Justiça de Nonoai, Luis Antônio Portela. Os índios denunciaram que guardas florestais estariam envolvidos na exploração de pedras preciosas. O promotor foi certificado de que, há um mês, brancos estariam retirando ilegalmente madeira. Foi entregue uma fita de vídeo gravada, com a qual os índios tentam se defender das acusações da derrubada de pinheiros, denunciada pela direção do Parque. O promotor solicitou abertura de inquérito policial e processo civil público para apurar as denúncias.



Euforia: caingangues comemoraram primeira vitória na Justiça, junto ao cemitério em que estão seus antepassados

Uma viagem a Porto Alegre cheia de frustrações

Os invasores, ou ocupantes, como corrige o cacique José Orestes do Nascimento, "acreditaram na palavra do governador Alceu Collares de que terra de caingangue tem que ser ocupada por índio, como ele mesmo disse em reunião com caciques do Rio Grande do Sul". Temerosos de que a decisão da Justiça de Nonoai, que determinou a desocupação do Parque Estadual Florestal de Nonoai na quarta-feira, fosse cumprida à força, uma comissão representando os interesses dos índios esteve em Porto Alegre para entrar em contato com o governo do Estado.

Na quinta-feira, reunido em comissão no gabinete do secretário estadual da Agricultura, Aldo Pinto, o cacique tentou convencer os representantes do Estado de que, "se a Polícia Militar ingressar na área, haverá derramamento de sangue". O cacique sustentou que os índios estão armados com facas, arcos, flechas e revólveres. Garantiu ainda que existem alimentos e em breve vai começar a colheita do milho. "Podemos ficar entrancheados, pois há comida para até dois anos", alertou.

DESENCANTOS — Como o secre-

tário estadual da Agricultura não apresentou nenhuma solução de interesse dos índios, o grupo formado ainda por dois conselheiros, o procurador da Fundação Nacional do Índio (Funai), Derli Cardozo Fiuza, e o prefeito de Nonoai, Adônís Luis de Barros (PDT), esteve com o procurador do Estado, Gabriel Fadel. A comissão queria que o Estado solicitasse ampliação do prazo ao juiz Dilso Domingos Pereira — dado ao meio-dia de quarta-feira e que expirou às 18h do mesmo dia —, para que a direção da Funai, em Brasília, deslocasse pessoal para explicar aos índios — inclusive na língua caingangue — as conseqüências da permanência no local.

A promessa do procurador do Estado Gabriel Fadel, testemunhada por Zero Hora, de que na manhã de sexta-feira faria contato com o procurador Paulo de Tarso Pereira, que ingressara com o pedido de reintegração de posse na Justiça de Nonoai, para que se tentasse com o juiz um prazo maior, não foi cumprida. Na tarde de sexta-feira, o juiz declarou que o Estado não tinha se manifestado sobre o assunto.

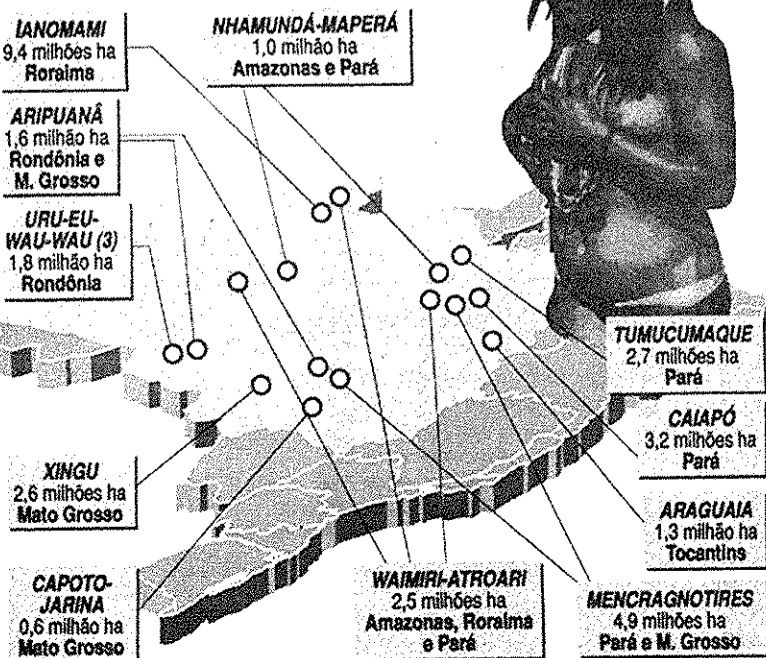
RETORNO

— O procurador da Funai, paralelamente, ingressou com agravo de instrumento no Foro de Nonoai e com mandado de segurança no Tribunal de Alçada do Estado, tentando cassar a liminar. Fiuza argumenta que somente a Justiça Federal pode tratar de causas específicas dos indígenas. Os seus argumentos foram aceitos pelo juiz Sérgio Gischkow Pereira, de plantão no Tribunal de Alçada, que na noite de sexta-feira cassou a liminar concedida pelo juiz de Nonoai, determinando a suspensão das ações que visavam a expulsão dos índios do Parque Florestal.

No Palácio Piratini, recebidos pelo coronel Getúlio Zanchi, chefe de gabinete da Casa Civil, ouviram as mesmas palavras adiantadas pelo secretário Aldo Pinto e o procurador Gabriel Fadel: "O Estado não quer confronto, mas vai executar a decisão judicial". O grupo ficou irritado ao saber que o governador não os receberia. Sem mais nada a fazer nas repartições do governo do Estado, a comissão tomou a estrada e voltou para Nonoai. Somente na manhã de ontem eles souberam da decisão do juiz Sérgio Gischkow Pereira.

Zaril/Arte ZH

MAIORES ÁREAS INDÍGENAS



Governo promove demarcação das terras

DANIEL BRAMATTI

Editoria Local/ZH

Os índios brasileiros, ao contrário do restante da população, têm bons motivos para acreditar num futuro melhor. Até 1994 deverá estar terminado o processo de demarcação das 544 áreas indígenas existentes no País, o que garantirá a eles a posse de cerca de 89,5 milhões de hectares de terras, o equivalente a pouco mais de 10% do território nacional.

Isso só vai acontecer, entretanto, se o governo federal cumprir a Constituição, que, no artigo 67 das Disposições Transitórias, estabelece o prazo final para as demarcações. Conforme o presidente da Fundação Nacional do Índio (Funai), Sydney Possuelo, 52% das áreas ainda não foram demarcadas. Entretanto, ainda que a passos lentos, o governo está atuando nesta área, principalmente em função de uma forte pressão internacional, às vésperas da

Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92.

Em fevereiro começou a ser demarcada a reserva ianomâmi, em Roraima, a maior área indígena do País, com 9,4 milhões de hectares. A operação terá um custo de Cr\$ 2 bilhões, bem acima dos Cr\$ 705 milhões (em valores de abril de 1991) previstos no Orçamento Geral da União de 1992 para regularização de áreas indígenas. A diferença poderá vir em forma de crédito suplementar, que ainda deve ser submetido à apreciação do Congresso Nacional. Além da área ianomâmi, o governo pretende demarcar neste ano, a reserva dos índios mencrednotires, de 4,9 milhões de hectares, situada nos estados do Pará e Mato Grosso.

ESTATUTO — Além de autorizar a destinação de verbas para as demarcações, o Congresso deve votar neste ano o Estatuto do Índio. O presiden-

te da Funai torce por sua aprovação. "Estamos lutando pela continuidade da tutela do Estado sobre os índios, mas de uma maneira diferenciada. Apenas no que tange ao lado patrimonial, e não mais físico", diz Possuelo. Apesar da intenção da Funai, o projeto do novo estatuto praticamente acaba com a tutela do governo sobre os índios. Elaborado pelo Ministério da Justiça, o projeto estabelece que o Ministério Público passa a ser o responsável pela defesa dos interesses indígenas nas questões judiciais.

Cerca de 250 mil índios vivem no Brasil atualmente, divididos em aproximadamente 200 grupos identificados, que falam 170 línguas diferentes. A maior parte das terras indígenas está concentrada no Estado do Amazonas (28,6 milhões de hectares). A seguir vêm os estados do Pará (21 milhões), Mato Grosso (12,3 milhões), Roraima (9,4 milhões), Rondônia (3,5 milhões), Tocantins (2,1 milhões) e Maranhão (1,8 milhão).